

LEIS E DECRETOS



LEI Nº 6.154, DE 05 DE JANEIRO DE 2012

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2012 - 2015.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ,

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO PLANO PLURIANUAL – PPA

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2012 - 2015, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 5, de 12 de julho de 1991, na Lei Complementar nº 87, de 22 de agosto de 2007 e no art. 178, inciso I, da Constituição Estadual.

Art. 2º O PPA 2012-2015 é instrumento do planejamento governamental que orienta as ações de governo e estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública estadual, de forma participativa e sustentável.

Art. 3º O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

- I - promover o desenvolvimento humano com inclusão social e qualidade de vida;
- II - prover o Estado da infraestrutura necessária para o desenvolvimento territorial sustentável;
- III - adotar uma gestão orientada para resultados, com foco na melhoria dos serviços aos cidadãos.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º O PPA 2012 - 2015 organiza a atuação governamental para o alcance das políticas públicas através de programas temáticos e de gestão, assim definidos:

I - Programa Temático: expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão: reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. O Programa Temático é composto por objetivos que expressam o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de ações estratégicas, que declaram à sociedade a oferta de bens e serviços.

Art. 5º Integram o PPA 2012-2015 os seguintes anexos:

- I - Anexo I - Base Estratégica;
- II - Anexo II - Demonstrativo Consolidado dos Programas por Unidade, Ação, Produto, Meta e Recursos Financeiros;
- III - Anexo III - Metas Físicas por Programa, Ação, Produto e Território de Desenvolvimento;
- IV - Anexo IV - Demonstrativo Consolidado dos Recursos Financeiros por Unidade, Programa e Fonte;
- V - Anexo V - Quadro Resumo das Aplicações por Origem de Recursos.

CAPÍTULO III DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Art. 6º Os Programas constantes do PPA 2012-2015 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º A integração dos orçamentos com o PPA 2012 - 2015 dar-se-á através da ação estratégica.

§ 2º Para cada ação estratégica do PPA poderão corresponder uma ou mais ações orçamentárias.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e ações estratégicas constarão nas leis orçamentárias anuais, através de demonstrativo específico.

Art. 7º O Valor Global dos Programas e das ações estratégicas, as metas e os enunciados dos objetivos não constituem limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis que as modifiquem.

Art. 8º Os orçamentos anuais, de forma articulada com o PPA 2012-2015, serão orientados para o alcance dos objetivos constantes deste Plano.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO E DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO

Art. 9º A gestão do PPA 2012-2015 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis, buscando o aperfeiçoamento:

- I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e
- III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2012- 2015.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria do Planejamento definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2012- 2015.

Art. 10. O monitoramento do Plano Plurianual é atividade estruturada a partir da implementação de cada programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias do governo.

Art. 11. A avaliação do PPA 2012-2015 consiste na análise das políticas públicas e dos programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período 2012-2015, está incluído no Valor Global dos Programas e Ações Estratégicas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e seus anexos demonstrarão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 13. Considera-se revisão do PPA-2012-2015 a inclusão, exclusão ou alteração de programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos parágrafos 3º e 4º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 2º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou a alteração de objetivos, ações estratégicas e metas.

§ 3º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

- I - alterar o valor global do programa;
 - II - incluir, excluir ou alterar ações estratégicas; e
 - III - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e ações estratégicas.
- § 4º O Poder Executivo fica autorizado a incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:
- I - indicador;
 - II - metas;
 - III - órgão responsável; e
 - IV - ações estratégicas sem financiamento orçamentário.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina(PI), 05 de janeiro de 2012.


GOVERNADOR DO ESTADO


SECRETÁRIO DE GOVERNO